

Instituto Geográfico e Geológico

Eng. JESUINO FELICISSIMO JR.

Qualquer paulista, direta ou indiretamente tem sido beneficiado pelos trabalhos do I.G.G. — Instituto Geográfico e Geológico — tal é a soma e o alcance dos serviços prestados por êsse Órgão estadual.

Em novembro último o I.G.G. atingiu mais uma etapa de sua vida de 82 anos, ao inaugurar sua nova séde.

Nessa ocasião o atual Diretor Eng.^o Jesuino Felicissimo Jr., teve oportunidade de fazer um retrospecto da vida e das atividades do Instituto, em apanhado que transcrevemos a seguir, pelo interesse que certamente despertará entre os nossos prezados leitores.

A inauguração da séde própria do Instituto Geográfico e Geológico, após mais de 82 anos de existência de duras lutas e desilusões, é um acontecimento que não poderia deixar de incutir um justo motivo de júbilo, orgulho e esperança de melhores dias a todos os seus servidores.

A tradição desta Entidade é a mais antiga e das mais brilhantes, dentre os demais órgãos públicos de São Paulo, quer pelos admiráveis e muitos feitos dos seus técnicos e cientistas, realizados em condições no mais das vêzes adversas, quer pelos vultos conspícuos e exponenciais que contou para marcar exemplo impar de pioneirismo científico, que assinala os dois primeiros decênios de sua vida; de arrôjo, altruismo e abnegação, que marca os dois decênios subsequentes, e de aprimoramento, complementação, atendimento e assistência que caracteriza os três últimos decênios, constituindo três fases distintas de atividades imprescindíveis, diferenciadas pela evolução natural de nosso desenvolvimento econômico e demográfico e por pensamentos diretivos divergentes mas, patrióticos e bem intencionados, sempre orientados para a consecução de um objetivo considerado mais iminente e imperativo.

A realização dêste anseio legítimo e necessário deve-se, em grande parte, à nítida compreensão e firme apóio do Exmo. Senhor Secretário da Agricultura, que, desde o início de sua gestão, compreendeu e prestigiou, decisivamente, a consecução dêste justo propósito, já realizado e, no momento, motivo desta solenidade, abrihantada e valorizada pela participação de Sua Ex-

celência que nos proporciona a grande honra de presidí-la e nos enseja, perante a presença de tôdas as pessoas amigas que ocorreram à esta cerimônia, simples mas cordial, a oportunidade para expressar-lhe nossa eterna gratidão e afirmar que saberemos reconhecer e dignificar a messe concedida, procurando sempre bem desempenhar nossas atribuições, que são imprescindíveis e fundamentais para o progresso dêste grande Estado.

Seja-nos permitido, antes de discorrer sôbre a criação dêste Instituto e de alguns dos muitos de seus feitos, agradecer a presença de outras figuras ilustres que vieram valorizar e dignificar esta comemoração. Ao Dr. Aureliano Leite, ilustre Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo que, prazeiroso e gentilmente, aquiesceu em ser paraninfo da homenagem à Theodoro Fernandes Sampaio, 1.^o engenheiro e grande geógrafo dêste órgão, nome escolhido para distinguir o 4.^o pavimento dêste edifício, destinado à Secção de Estudos Geográficos; ao Engenheiro Valdemar Lefèvre, ex-diretor desta instituição e funcionário emérito, paraninfo da homenagem a Horace Elbert Williams, geólogo mais especializado em Geodésia, nome escolhido para distinguir o 5.^o pavimento, destinado aos Serviços de Geodésia e Topografia; ao Professor Viktor Leinz, catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, paraninfo da homenagem a Theodoro Knecht, um dos maiores conhecedores da geologia do Estado, ex-Chefe do Serviço de Geologia Econômica, ora aposentado, mas prestando ainda valiosa colaboração a êste Instituto, cujo nome foi escolhido para distinguir o 6.^o

pavimento, destinado aos Serviços de Geologia Geral e Geologia Econômica; ao Meritíssimo Desembargador Fernando Euler Bueno, do Tribunal de Justiça de São Paulo, para paraninfo da homenagem a João Pedro Cardoso, segundo Chefe da Comissão Geográfica e Geológica, grande organizador de trabalhos, nome escolhido para distinguir o 7.º pavimento, destinado ao Museu Geológico e Setores Administrativos; ao Professor Fernando Flávio Marques de Almeida, catedrático da Escola de Engenharia de São Paulo, para paraninfo da homenagem a Orville Adalbert Derby, primeiro Chefe da Comissão e um dos maiores cientistas de seu tempo, nome escolhido para distinguir o 8.º pavimento, destinado à Diretoria Técnica, Secretaria Administrativa e dependências subordinadas; ao Exmo Senhor Deputado Herbert Levy para paraninfo da homenagem ao Conselheiro João Alfredo, grande estadista e criador da Comissão, nome escolhido para distinguir o 9.º pavimento, destinado à Biblioteca e Mapoteca.

Volvemos nossos pensamentos para o passado, procurando, inicialmente, visualizar nos primeiros meses de 1885, a figura impar do Grande Estadista pernambucano, Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, no exercício da Presidência da Província de São Paulo, que ocupou durante o período de 19-10-85 a 26-4-86, correspondente às suas férias face ao recesso do Congresso, que tanto abrilhantou com sua alta visão e fulgurante talento.

O Conselheiro João Alfredo, que já desempenhara a Presidência da Província do Pará e, entre seus inúmeros créditos, incluía a iniciativa da fundação da Escola de Minas de Ouro Preto, apoiando o plano apresentado pelo notável Professor francês Henrique Gorceix, posteriormente nomeado primeiro diretor desse estabelecimento de ensino, chama o eminente geólogo Orvillè Adalbert Derby, então à frente da Diretoria da Secção de Mineralogia e Geologia do Museu Nacional, à capital paulista e o encarrega de formular um plano para a criação de um serviço capaz de reunir:

“...informações exatas e minuciosas sôbre a geografia, relêvo do solo, vias de comunicação, estrutura geológica, riqueza mineral e caráter das diversas qualidades de terras”.

Derby, que já vinha realizando estudos geológicos no Brasil desde 1875, propõe um plano semelhante ao estruturado, nesse ano, pelo seu grande mestre, o malogrado Professor Charles Frederic Hartt, da Universidade de Cornell, Ithaca, Estado de Nova York, E.E.UU., que atendendo a um convite officioso do Ministro da Agricultura, José Fernandes da Costa Pinheiro, fundamentou a criação da ‘Comissão Geológica e Mineralógica do Império do Brasil’, concretizada em maio de 1875, chefiando-a até a sua extinção em junho de 1877, por medida

de economia preconizada pelo Ministro da Agricultura, Cansação de Sinimbu.

João Alfredo, em 15 de fevereiro de 1886, submete, à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, o plano elaborado por Derby, que é apresentado e justificado por Antonio Carlos de Arruda Botelho, Visconde do Pinhal, na 24.ª Sessão Ordinária daquela Assembléia, de 19 de março de 1886, como Projeto-Lei n.º 89. Na sua Justificação, o Visconde do Pinhal encarece a necessidade de consecução do plano, afirmando:

“Sabem todos a extensão da Província de São Paulo, e quanto de terreno ainda há coberto e por assim dizer desconhecido. Devem também saber, que é justamente nessa parte mais desconhecida da província onde a qualidade das terras se ostenta na sua maior uberidade, é justamente nessa parte onde se acham conciliados a uberidade da terra com o clima temperado 1.ª condição de nossa principal lavoura, que é a de café”.

Aprovada em 1.ª discussão a 22, em 2.ª a 23 e em 3.ª a 26, é sancionada sob o texto de Lei n.º 9, de 27 de março de 1886, que criou a “Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo”, estabelecendo o Presidente João Alfredo, em 7 de abril, as “Instruções para a execução da mencionada Lei, nomeando o pessoal técnico que tinha de entrar logo em exercício, ficando a Comissão composta do Dr. Orville A. Derby, na qualidade de Chefe; do Engenheiro Civil Theodoro Fernandes Sampaio, na de 1.º Ajudante, e dos Engenheiros de Minas Francisco de Paula Oliveira e Luiz Felipe Gonzaga de Campos, na de geólogos.

Ao passar a Administração da Província de São Paulo ao 1.º Vice-Presidente, Antonio de Queirós Telles, Barão de Parnaíba, no dia 26 de abril de 1886, o Conselheiro João Alfredo dedicou um Capítulo Especial, o IV de seu Relatório intitulado a ‘Exploração Geográfica e Geológica da Província’, onde enaltece a Assembléia Provincial que:

“...inspirando-se na esclarecida compreensão do progresso da Província, deu-se pressa a habilitar o govêrno com os meios necessários a iniciação daquele importante trabalho”, e conclui:

“Não se demorou a Comissão a partir para empreender a exploração do Paranapanema, por onde, conforme opinei no meu aludido relatório, é de tôda a conveniência que comecem os trabalhos.

Naquelas instruções procurei quanto é possível, atendendo à modestia dos recursos com que se inicia o serviço, tirar o maior proveito da exploração, não limitando a obtenção de

seus resultados ao levantamento de cartas geográficas, topográficas, itinerárias, geológicas e agrícolas e às investigações e estudos que mais conexão tem com êstes trabalhos, mas ampliando a esfera de atividade da comissão, de forma que, sem desnaturar-lhe o caráter, possa a Província e o País, de par com a ciência em geral, colher úteis subsídios no interesse da meteorologia e da relação prática e econômica da zoologia e da botânica com a indústria e a agricultura.

Os honrosos créditos e a capacidade científica do distinto profissional a quem entreguei esta importante empresa, assim como a provada competência dos auxiliares que êle escolheu convencem-me de que o ato da Assembléa Provincial será fecundo em proficuos resultados”.

Pelo pouco tempo em que o Conselheiro João Alfredo dirigiu os destinos da Província de São Paulo, de 19 de outubro de 1885 a 26 de abril de 1886, portanto, pouco mais de 6 meses, conclui-se que, apesar de sua brilhante atuação no sentido do desenvolvimento da imigração, agricultura e ferrovias, o principal empenho de sua gestão concentrou-se na criação da Comissão Geográfica e Geológica, cujos técnicos já estavam realizando seus primeiros trabalhos de campo quando êle retornou ao Congresso, para continuar suas brilhantes lides de tribuno e estadista.

A Comissão Geográfica e Geológica, hoje Instituto Geográfico e Geológico, jamais esquecerá seu Dever de Gratidão ao Conselheiro João Alfredo e, enquanto esta entidade existir, estamos certos, a presença espiritual do Conselheiro, refletida no quadro que agasalha sua imagem, ocupará, sempre, o primeiro lugar no coração e no peito de perene gratidão dos servidores que, nesta Casa, dão continuidade e forma ao descortinamento do imenso e majestoso campo de sua predileção: — o das ciências geográficas e geológicas, para um São Paulo maior, mais próspero e mais desenvolvido.

Partindo João Alfredo a 26 de abril de 1886, já no dia seguinte sai publicada a nomeação de Derby para dirigir os destinos da Comissão, missão que êle cumpriu com o máximo de sua fulgurante inteligência, dedicação ao trabalho e firmeza de propósito, fazendo as realizações científicas da Comissão ecoarem pelo mundo e serem considerados do mesmo nível das melhores realizadas nos mais avançados centros culturais da Europa, conforme testemunho das autoridades das maiores instituições científicas da época.

Ademais, a fundação da Comissão Geográfica e Geológica serviu de modelo para a criação de muitas outras que o progresso de São Paulo já reclama-

va, como o atual Instituto Agronômico de Campinas, que surgiu no ano seguinte, sob a denominação de Escola Agronômica de Campinas.

Durante os quase 20 anos de sua Chefia, Derby conseguiu reunir, sob o teto da Comissão, as expressões máximas do saber científico nos ramos especializados de suas atribuições e, assim, arregimentou os vultos mais preeminentes da época para compôr as fileiras da admirável falange que começou a irradiar saber e construir os alicerces de nossos edifícios representativos das Ciências Geográficas e Geológicas, no seu mais amplo entendimento.

Na lista de chamada dêstes nossos precessores, acodem com a entonância e ressonância de: — Presente, os nomes consagrados e imortalizados de muitos, dignos e respeitosos de todos, neste momento citados:

Orville A. Derby, Theodoro Fernandes Sampaio, Francisco de Paula Oliveira, Luiz Felipe Gonzaga de Campos, Alberto Löfgren, João Frederico Washington de Aguiar, José Nogueira Jaguaribe, Antonio Avé Lallemand, Axel Frik, Augusto de Abreu Lacerda, Eugênio Hussak, Luiz Gonzaga Martins, Francisco Boepin Paes Leme, Arthur Horta O’Leary, Gentil de Moura, Gustavo Edwall, F. S. C. Schneider, Francisco Felicissimo, Horace Elbert Williams, Carlos Frederico Scheler, Juan Puiggari, Herman Von Ihering, Angelo Felicissimo, Guilherme Florence, Alexandre Mariano Cococci, Ricardo Gruenvald, Giles Williams Lane, Arsênio Puttemans, Elieser Rodrigues dos Santos Saraiva, Heitor Machado, José Nunes Belfort Matos, Luiz Frutuoso Ferreira da Costa e David Mac Knight.

Traçar, mesmo em rápidas pinceladas, as realizações e os méritos dos vultos desta Constelação fulgurante de astros de 1.^a grandesa, seria tarefa de horas, por isso, na simples e singela menção de seus nomes, vai a homenagem sincera e ardorosa de nossa admiração e reconhecimento e, na rápida síntese do 1.^o trabalho de Theodoro Fernandes Sampaio, um exemplo da atuação perfilhada pelos demais.

“Considerações Geográficas e Econômicas sobre o Vale do Rio Paranapanema”, 1.^o trabalho da obra de Theodoro Sampaio para a Comissão, constitui uma obra prima de síntese, contendo apenas 70 páginas de tamanho comum, considerada pelo seu autor como simples notícia, mas que na imaginação fértil e desenvolvimentista dos atuais escribas de planejamento, daria material para preenchimento de vários volumes de porte avantajado.

Seguindo as instruções do Conselheiro João Alfredo, êste trabalho compõe-se de 14 temas, assim intitulados: Introdução, Topografia, Clima, Distribuição das terras segundo a capacidade Agrícola. Os Campos. As Terras-Altas. População — Ocupação —

das Terras do Sertão — Luta com os Índios — Catequese. Terras Públicas. Indústrias e Comércio. Das Comunicações Interiores pelo Vale do Paranapanema. Os Índios. Do vocabulário Caiuá. Dicionário — Caiuá — Português. Quadro de Altitudes no Vale do Paranapanema.

Os títulos são, por sí sós, elucidativos, mas se nos permitido destacar alguns tópicos que nos mostram que assuntos hoje encarados como novidade, já eram, em 1886, motivos de consideração e recomendação para seu desenvolvimento.

As condições de navegabilidade do Paranapanema foram, em 1886, consideradas e analisadas; foram estudados dois caminhamentos, um terrestre, de 1321 quilômetros ao longo do Vale do Paranapanema, de Itapetininga ao Rio Paraná, pela estrada do sertão e, outra fluvial, proximamente paralela; um caminhamento terrestre transversal, da barra do Tibagi até a cidade de Botucatu, foi realizado seguindo um carro puxado, vagorosamente, por bois, num percurso de 408 quilômetros, realizado em 26 dias, o que deu uma média de estudos de reconhecimento geográfico de 16 quilômetros por dia.

O tema condizente ao Uso das Terras é finalizado condenando a monocultura, com o seguinte pronunciamento.

“A grande lavoura de São Paulo desdenha em geral as terras baixas, porque o café aí não vinga ou não produz na mesma proporção da zona do Oeste. Grande erro esse de uma lavoura que só conhece uma cultura única, e que além dos riscos a que deve estar sujeitas por qualquer molestia superveniente ao café, está na inteira dependência da importação de produtos forasteiros quando o solo natal os pode ter melhores e talvez com menor dispêndio e esforço.

Entretanto, uma lavoura nunca é verdadeiramente grande senão quando multiplica seus produtos, adaptando-se ao solo e ao meio”.

Os campos foram divididos em duas categorias: os campos de solo arenoso ou argilo-arenoso e o campos de solo eminentemente argiloso, distinguindo-se os Campos, os Cerrados e os Cerradões, abordando o problema de seu aproveitamento para cultura e da possibilidade de sua irrigação por poços artesanais.

A migração é abordada e assinalada a fixação, no Vale do Paranapanema, de contínuas levas de famílias do Sul de Minas, com tradição de agropecuária.

O cultivo de alimentos, por Índios, é apreciado e feita menção especial a uma variedade preta de milho, de massa branca e polvilhenta, já observada na Fazenda Anhumas, na Barra do Tibagi.

Tece considerações sobre a lavoura de feijão, milho, arroz, batatas, mandiocas, café, algodão, fumo, cana de açúcar, criação de gado, caça e pesca.

Estuda o vocabulário Caiuá traduzindo para o português diversas frases e cerca de 500 palavras que abrangiam a quase totalidade dos seus termos usuais.

Esse tenue sumário do trabalho de Theodoro Sampaio, que também trata do levantamento estatístico da produção agrícola e seu comércio no Vale do Paranapanema, possivelmente, permitirá classificá-lo como um dos primeiros, senão o primeiro relatório agrícola oficial dessa região.

A idéia da possibilidade do aproveitamento racional dos campos do território paulista, era uma constante na opinião dos cientistas da Comissão, que apoiavam o pronunciamento de Derby, vasado nas seguintes palavras:

“Os campos talvez não sejam tão estéreis como são reputados e que seria de incalculável alcance prático achar provas concludentes do contrário e contribuir deste modo para arrancar da inação em que jazem estes vastos territórios desprezados, que um dia talvez possam ser entregues à lavoura, criando assim novos meios de riqueza, a este, já tão próspero Estado”.

A Comissão Geográfica e Geológica foi autárquica, tratando seu Chefe diretamente com o Presidente da Província de São Paulo, somente durante seus 4 primeiros anos, passando por força do Decreto n.º 6, de 27 de dezembro de 1889, a depender da Superintendência de Obras Públicas até a promulgação da Lei n.º 15, de 11 de novembro de 1891, que criou as Secretarias de Estado, inclusive, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, à qual passou a pertencer a Comissão Geográfica e Geológica, com sua autonomia restabelecida.

Reunindo seleta equipe de cientistas de renome internacional e alta eficiência, abrangendo todos os ramos científicos dominantes da época, era lógico que a Comissão Geológica e Geográfica não fugisse ao determinismo da Razão Fatalística de Spencer sobre a Impossibilidade do Crescimento Indefinido das Massas Organizadas e, no transcurso de sua existência, ocorreu-se a gemiparidade dos brôtos mais viçosos dessa Celula Mater, dando nascer a órgãos mais específicos do domínio das Ciências Naturais como o Museu Paulista, Instituto de Botânica, Serviço Florestal, Departamento de Zoologia e Instituto Astronômico e Geofísico, que levaram consigo cientistas do quilate de Alberto Lofgren, Hermann Von Ihering, Gustavo Edwall e outros.

O êxodo dos elementos técnicos da Comissão, cujo nome prenunciava seu destino de transitoriedade, não se restringiu a seu glorioso papel de Célula Mater de instituições desmembradas, que poderia repetir-se e renovar-se, indefinitivamente, nessa gloriosa missão. Outra razão, que hoje se repete com efeitos mais desastrosos para os serviços públicos, já era invocada e apresentada por Derby ao Exmo. Dr. Alfredo Maia, primeiro Secretário da Agricultura do Estado, no Relatório da Comissão referente ao ano de 1892, em tópico que, por sua atualidade, permita-nos citar:

“O súbito desenvolvimento do espírito industrial que o Brasil experimentou nêstes últimos anos trouxe como consequência natural e lógica uma procura de pessoal técnico que só podia ser satisfeita, mediante uma certa desorganização dos serviços mais antigos. Naturalmente os serviços públicos sofreriam mais do que os particulares visto não poder pela sua própria natureza acompanhar senão vagarosamente e ao longe a elevação dos ordenados produzida por êste aumento na procura de profissionais.

A Comissão teve de pagar o seu tributo à expansão industrial do país elevando a sua tabela de vencimentos e vendo, apesar disto, sair grande parte de seu pessoal já experimentado no serviço, e isto na época em que a substituição era muito difícil para não dizer impossível. Entre estas perdas a mais sensível era a do Chefe do Serviço Topográfico, Dr. Theodoro Sampaio, que tinha imprimido a êste importante ramo dos trabalhos da Comissão o cunho especial que o caracteriza sem poder deixar, em virtude dos motivos apontados, auxiliares creados na escola da Comissão que o substituissem.”

Eis apenas uma pálida prova do espírito de comunicação conciso e preciso de Derby, que hoje é objeto frequente de reprodução por todos aquêles que têm, sôbre seus ombros, a responsabilidade de bem conduzir os órgãos que lhes são confiados.

Senhor Secretário da Agricultura, distintos participantes desta Cerimônia, todos os presentes são testemunhas da impossibilidade de uma rápida abordagem a obra da Comissão durante a Chefia de Derby. É grnde demais em qualquer área de suas múltiplas faces.

Contudo, por um Dever de Gratidão ao nosso primeiro Chefe, Orville A. Derby, rememoremos, apenas, que foi êle o maior Geólogo do Brasil de sua época, e um dos maiores do mundo no conceito de uma das grandes Intituições Geológicas de então, a Sociedade Geológica de Londres, que em 1892, o agraciou, em reconhecimento a seus magníficos trabalhos científicos, com o Prêmio Wollaston,

uma das mais altas distinções do mundo científico da época, só conferidas a poucos sábios da estatura de William Smith, Agassiz, Brogniart, Elie de Beaumont, Daubrée, Dufrenoy, Darwin, Murchison, d'Orbigny e Dana.

Enquanto Chefe da Comissão Geográfica e Geológica, Derby publicou mais de 70 trabalhos do mais elevado nível técnico e, com seus companheiros de Comissão Theodoro Sampaio, Alberto Löfgren, Herman Von Ihering cerrou fileiras ao lado de Eduardo Prado, Cesário Motta Jr., Campos Salles, Alfredo Elis, Miranda de Azevedo, Antonio Toledo Piza, Moraes Barros, Rodrigues Alves, Jorge Tibiriçá e outros para fundar, a 1.º de novembro de 1894, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo que, nêste momento, honra esta solenidade com a presença de alguns de seus ilustres membros.

O primeiro trabalho publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico: “A denominação “Serra da Mantiqueira” é de autoria de Derby.

Passemos, de relance, aos dois decênios seguintes, que caracterizam uma nova etapa, mirando e atingindo um novo alvo, determinado como prioritário e de inadiável solução.

O ano de 1905 ia ser de grandes reformulações na conduta da Comissão Geográfica e Geológica. Carlos Botelho, escolhido para Secretário da Agricultura do 2.º Governo do Dr. Jorge Tibiriçá, já tinha propósitos firmados para a conduta da Pasta que lhe fôra confiada e, entre êstes, figurava, em primeiro plano, a Conquista do Sertão Desconhecido, que se iniciava a menos de uma dezena de quilômetros do povoado de Baurú, ao longo do então meridiano de 6.º, hoje 49.º 10' Greenwich, e se estendia até as barrancas do Paraná, ocupando tôda a faixa compreendida entre os rios Tietê e Parapanema, cujo desconhecimento era considerado atentatório aos nossos foros de civilização e progresso.

Homem realizador, enérgico, de alta visão, grande força de vontade e nada vacilante em levar avante a causa abraçada, Carlos Botelho não encontrou ressonância de seu propósito da parte de Derby, que se negava a abandonar seu plano de levantamento sistemático e metódico, sem solução de continuidade e lacunas na sua progressão.

Êsse desentendimento irreconciliável, compeliu a Derby pedir sua exoneração do cargo de Chefe da Comissão Geográfica e Geológica, oficiada a 20 de janeiro de 1905 e ultimada a 24 do mesmo mês, dia em que foi nomeado para substituí-lo, o Engenheiro João Pedro Cardoso, então jovem e reputado técnico ferroviário, de já comprovados dotes de administrador, que tomou posse do cargo a 26 daquele mês.

O Decreto 1278, de 23-3-1905, aprovou as instruções para o levantamento do "Extremo Sertão do Estado". Dentro de tempo recorde, João Pedro Cardoso organiza 4 excelentes turmas para o trabalho de exploração, denominadas Tietê, Paraná, Feio e Peixe, de acôrdo com o nome do rio principal da região que tinha que estudar.

A primeira turma a partir foi a do Feio, que deixou a Capital a 10 de maio rumo a Baurú, e era composta de 1 Engenheiro-Chefe, 1 Ajudante, 2 Auxiliares e 1 médico.

Essa organização do corpo técnico foi observada para as demais turmas, sendo que o grosso do pessoal do campo, que ultrapassava uma centena, em qualquer delas, era recrutado no ponto de origem dos trabalhos.

Essas expedições marcaram uma majestosa arancada para o ignoto, obra temerária, cheia de riscos, arrojo, lutas e abnegação. Para sua constituição, o contingente técnico foi substancialmente recém-admitido, incluindo-se 4 médicos, designados um para cada Expedição.

Assim, novos e estupendos personagens vieram engrossar a falange técnica da Comissão, entre os quais cumpre destacar o novo Chefe João Pedro Cardoso, e seus novos ajudantes, engenheiros Jorge Black Scorrer, Olavo H. Hummel, Cornelio Schmidt, Antonio de Paula Souza, Artur Gonçalves de Oliveira, Júlio Bierrenbach Lima Jr., Generaldo Gualter Pereira Machado, Paulo Pierron e os médicos Abílio Sampaio, Mamede da Rocha, João Rabello Pestana e Edmundo Fonseca, os Engenheiros Guilherme Wendel, Joviano Pacheco, Mario Ayrosa, Angelo Felicissimo. Todos os mencionados servidores foram altamente eficientes e dedicados, alguns dentre eles alcançaram grande renome nacional e mesmo internacional, e levaram a conclusão todos os trabalhos programados. Na impossibilidade de tecer mesmo leves apreciações sobre sua atuação, apenas afirmamos que prestaram inestimáveis serviços em prol dos conhecimentos geográficos e geológicos do Estado.

Apenas para uma pálida idéia pelo que estas expedições passaram, invocamos duas figuras da 1.^a turma do Feio, o seu veterano Chefe Olavo Hummel, que foi flechado pelos Índios Coroados quando abria picada nos brejos marginais do Feio, e se recusou a regressar a São Paulo, enquanto pôde permanecer à frente de sua turma, e o caçula dos técnicos, Engenheiro Júlio Bierrenbach Lima Jr., recém-egresso do Mackenzie, que passou 9 meses contínuos embrenhado no sertão e realizou o grande feito de levantar o leito do Feio-Aguapeí, sob a mira das flechas dos Índios Coroados, que não davam tréguas ao invasor branco.

Os Relatórios da Comissão de n.º 2 a 12, publicados entre 1905 e 1928, versando sobre a Exploração do Tietê, Feio-Aguapeí, Paraná, Peixe, Ribeira de Iguape, Juqueriquerê, Rio Grande, Litoral Norte, Litoral Sul, Região de Sorocaba — Itararé e Região Taubaté-Cunha, juntamente com o Relatório n.º 1 da gestão Derby, versando sobre a Exploração do Itapetininga e Paranapanema, editado em 1889, cobrem tôdas as bacias hidrográficas do território e constituíram, por muitos anos, a melhor base histórica, geográfica e geológica do Estado e a mais segura fonte de consulta e lançamento de estudos e projetos do seu sistema viário e hidroenergético. Ainda hoje êste conjunto de Relatório é intensamente utilizado pelos que o conhece e têm acesso para consultá-lo, face a excelência e precisão dos dados registrados e a exuberância e beleza de suas ilustrações.

A obra da Comissão Geográfica nessa fase também foi grandiosa e não pode ser senão palidamente sintetizada no tempo máximo admissível para ser tomado durante esta solenidade.

Não obstante tôdo seu passado de grandes realizações e glória, a Comissão Geográfica e Geológica foi extinta pelo Decreto n.º 5161, de 8 de agosto de 1931, ocasião em que se aposentou João Pedro Cardoso, após permanecer 26 anos e meio na Chefia da Comissão, e seus funcionários remanescentes foram transferidos para a Secretaria da Viação e Obras Públicas e integrados no novel Instituto Astronômico e Geográfico, criado pelo Decreto n.º 5.320, de 30 de dezembro de 1931, posteriormente transferido para a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio pelo Decreto 6008, de 4 de agosto de 1933. De 1931 a 1938, os seguintes Diretores dirigiram os destinos dos trabalhos Geográficos e Geológicos: Francisco Gaiotto, Alípio Leme de Oliveira e Joviano Pacheco.

A Comissão Geográfica e Geológica resurge sob o nome de Departamento Geográfico e Geológico, face ao Decreto 7.309, de 5 de julho de 1935, que se reorganiza sob a denominação de Instituto Geográfico e Geológico, por força do Decreto 9871, de 28 de dezembro de 1938, regulamentado pelo Decreto 9942, de 23 de janeiro de 1939, estando, na ocasião, no exercício de sua Diretoria, o Geólogo Anibal Alves Bastos, do Serviço Geológico Federal.

Nêstes três últimos decênios, esta entidade viveu sob a denominação oficial de Instituto Geográfico e Geológico e, também, durante êste período, não obstante a incompreensão de alguns dirigentes superiores, sua produção técnica foi apreciável. Durante quase todo o transcurso dessa última fase trintenária, sua direção foi quase que totalmente ocupada pelo Eng.º Valdemar Lefèvre, que exerceu a Diretoria por prazo supe-

rior a 23 anos e meio, com alto espírito de dedicação e luta, e soube mante-lo sempre em contínua atividade, não obstante o êxodo e a diminuição, sem precedentes, de participantes especializados do seu corpo técnico. Nêste período, também assumiram a Diretoria, José Manescal Campos, do Serviço Federal, General Dilermando de Assis e Aristides Bueno.

Iniciando-se com cêrca de 45 Engenheiros em 1939, acha-se esta repartição atualmente reduzida a 10 Engenheiros, 4 Geólogos, 2 Geógrafos e 2 Químicos, enquanto a procura e a solicitação de seus trabalhos praticamente triplicaram. Nunca os técnicos desta Instituição foram tão procurados como presentemente, para atendimento de solicitações técnicas de quase tôdas as repartições públicas e particulares que se valem de seus trabalhos e publicações para conduta de suas atividades.

Nêste período trintenário, outros notáveis Engenheiros e Técnicos cerraram fileira nêste Instituto, alguns estão aqui presentes, mas o julgamento de sua atuação cabe aos pósteros.

Nesta solenidade queremos deixar afirmando nosso propósito e desejo de melhor incentivo e compreensão dos poderes públicos para a remoção das barreiras que se deparam ante nossa

trajetória, para, com mais eficiência, contribuirmos para o engrandecimento do Estado, utilizando, apropriadamente, o grande acêrvo de trabalhos realizados e o cabedal técnico que possuímos, e ampliando os dentro dos limites de nossas atribuições oficiais, com frequência desempenhadas esporadicamente por outros órgãos que não contam com o nosso acêrvo, que repetem com falhas nossos trabalhos, que desconhecem nossas realizações e nossas possibilidades de produzir. Hoje figuramos apenas com 1,5% do orçamento da Secretaria da Agricultura e nossas atribuições, na esfera estadual, são similares às exercidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia na esfera Federal, que representa 50% dêsse Ministério. São Paulo é o Estado que mais emprega matérias primas minerais dentro do País e o que promove, com mais intensidade, o fomento e o consumo de sua produção.

Discorremos levemente sôbre os feitos de nossos antecessores, brilhantes sob todos os aspectos, mas não queremos viver sob os louros de tão cara e gloriosa tradição, porque nos julgamos também capazes de prosseguir com o mesmo ardor e eficiência que êles souberam manter no passado, se não nos faltarem recursos e apôio.

—//—

COMPAREÇAM AO 5.º CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITARIA

27 Julho — 1.º Agôsto

RECIFE

- ...estamos conscientes de que as estruturas existentes estão a exigir reformas radicais, reformas essas que só terão êxito se forem baseadas num programa efetivo de motivação, aperfeiçoamento e valorização dos profissionais. (Prof. Eduardo Riomey Yassuda, Secretário dos Serviços e Obras Públicas do Estado de S. Paulo — da Revista DAE, n.º especial julho 1968.